

HABEAS CORPUS Nº 440.167 - SP (2018/0054703-8)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DULCINEA NASCIMENTO ZANON TERCENIO
ADVOGADO : DULCINEIA NASCIMENTO ZANON TERCENIO -
SP199272
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
PACIENTE : ROSANI ROSA ZANELLA (PRESO)
PACIENTE : AMAURICIO WAGNER BIONDO (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. ART. 273, § 1º-B, I, III E IV, DO CÓDIGO PENAL. SENTENÇA CONDENATÓRIA. DOSIMETRIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. SUPERVENIENTE JULGAMENTO DA APELAÇÃO. NOVO TÍTULO. PERDA DO OBJETO.

Habeas corpus prejudicado.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de **Rosani Rosa Zanella** e **Amaurício Wagner Biondo**, em que se aponta como autoridade coatora a Quinta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (HC n. 0004089-51.2017.4.03.0000/SP – fl. 19).

Narram os autos que o Juízo da 5ª Vara Federal de Guarulhos/SP (Autos n. 0003056-07.2014.4.03.6119) condenou os pacientes a 7 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 700 dias-multa, como incursos no art. 273, § 1º-B, I, III e IV, do Código Penal (fls. 52/53). Na oportunidade, foi vedado o direito de recorrer em liberdade.

Impetrado *writ*, na origem, o Tribunal federal denegou a ordem.

Neste *mandamus*, a impetrante sustenta, de início, a inconstitucionalidade da dosimetria, sob o argumento de que, *em que pese, da sentença proferida em primeiro grau mencionar a equiparação da Lei de Tráfico (11.343/2006), não houve a observância do princípio da proporcionalidade como proibição de excesso e como proibição de proteção insuficiente* (fl. 5). Alega, ainda, a desnecessidade da prisão cautelar.

Requer, em liminar, a revogação da prisão cautelar. No mérito, pugna pela anulação da sentença no capítulo referente à dosimetria, *determinando ao juízo "ad quem", proferir a dosimetria penal nos moldes do entendimento desta Corte, aplicando-se em substituição o artigo 33, § 4º, da Lei 11.343/2006 (fl. 18).*

Em informações prestadas antes da análise da liminar, o Juízo de primeira instância noticiou que, *em virtude de mandado de prisão expedido por este Juízo, Amaurício Wagner Biondo e Rosane Rosa Zanella foram presos preventivamente no Paraguai, em 17.10.2017, conforme dados inseridos na Difusão Vermelha. [...] Conforme informado às fls. 1.268/1.269, os pedidos de extradição em desfavor de Amaurício Wagner Biondo e Rosane Rosa Zanella, formulados por este juízo, foram apresentados ao Governo do Paraguai em 7 de novembro de 2017 e aguardam julgamento (fls. 118/122).*

Indeferida a liminar, foi apresentado pedido de reconsideração, que também foi indeferido.

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (fls. 204/207).

Em consulta à página do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, na internet, observei que foi interposta apelação criminal contra a sentença condenatória, a qual foi julgada em 15/10/2018.

É o relatório.

O presente *writ* perdeu o objeto.

Conforme relatado acima, diante das informações obtidas em consulta à página da Corte local na internet, nota-se que, na data de 15/10/2018, sobreveio o julgamento da apelação criminal interposta pela defesa, oportunidade em que foi mantida a sentença e determinada a execução provisória da pena.

Ora, com a superveniência do julgamento da apelação, fica prejudicado o writ anteriormente impetrado, uma vez que a medida, a partir de então, tem novo título judicial que alterou o cenário fático-processual (AgRg no RHC 40.342/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 5/11/2015).

Ainda nesse sentido: RHC n. 45.983/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 26/10/2015; AgRg nos EDcl no RHC n. 37.154/RJ, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 25/3/2015.

Ademais, a questão da dosimetria não foi analisada no acórdão ora impugnado, assim, inviável a análise desse ponto por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator